

Constituinte amplia os benefícios trabalhistas

BRASÍLIA — O plenário da Constituinte aprovou uma série de direitos trabalhistas, entre os quais o pagamento de um terço do salário a mais nas férias, horas extras com 50 por cento sobre o valor normal, licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade de oito dias.

A licença-paternidade foi criada após discurso emocionado do autor da emenda, Deputado Alcení Guerra (PMDB-PR), que acabou com o clima de brincadeiras sobre o assunto, provocando inclusive pelo Presidente da Assembleia, Deputado Ulysses Guimarães.

Quanto à licença-maternidade, ficou estabelecido que a lei deverá assegurar incentivos específicos para proteger o mercado de trabalho da mulher. Os requisitos para o direito à licença-paternidade serão definidos pela legislação ordinária.

— É uma homenagem ao homem-gestante. Podemos até lembrar o humorista Chico Anysio, que disse que há o dia da mãe e o dia do pai, e que o dia do homem é precisamente nove meses antes do dia da mãe.

Em meio a risadas e piadas, Alcení Guerra subiu à tribuna, manifestando-se "amargurado com as chacotas e os risos". Contou que o líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), o desafiara a defender a emenda perante seus colegas do Centrão. Ele resolveu fazer a defesa depois de ouvir as "brincadeiras exageradas" no plenário. O Deputado é médico pediatra e começou a contar casos em que, no exercício da profissão, constataria a importância da presença do homem ao lado da mulher após o parto.

A partir daí, o plenário fez silêncio e todos ouviram atentos seus argumentos. Alcení confessou que teve vergonha de apresentar a emenda nas fases anteriores da Constituinte. Sua decisão de levá-la ao plenário surgiu depois de ele viver um drama familiar.



Em 14 de dezembro do ano passado, quando nasceu um de seus filhos, sua mulher quase morreu em consequência de um choque anestésico.

— Senhor Presidente, naquele momento não havia Constituinte nem patrão que me tirassem do lado de meus filhos e de minha mulher — afirmou, emocionado.

Ele disse ainda que, neste período, reaprendeu a brincar, cantar, pintar com seus filhos. Depois de afirmar que recebia "com humildade as gargalhadas" e de chamar a atenção para a seriedade de sua emenda, Alcení Guerra desceu da tribuna chorando e sob aplausos.

Imediatamente, Ulysses pediu perdão pela brincadeira que fizera. Elogiou o Deputado e explicou que ao pronunciar aquelas palavras sabia que elas não prejudicariam a votação da emenda.

Em seguida, o Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) comunicou que o partido votaria a favor da emenda e, justificando o líder Mário Covas, informou que a posição da Liderança foi favorável desde o momento em que o autor da emenda buscara apoio.

O Deputado Ricardo Izar (PFL-SP), que integra o Centrão, foi o único a encaminhar a votação contra. Ele elogiou os objetivos da emenda de Alcení Guerra, mas disse que ela não era matéria constitucional, mas de legislação ordinária. O Relator, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), contestou:

— O pai merece ser agradado. Não há por que a Constituinte se envergonhar disso.

Em seguida, o plenário mostrou sua posição: 337 Constituintes aprovaram a emenda de Alcení Guerra, 67 se manifestaram contra e 28 se abstiveram.

Nova legislação já preocupa os Líderes do Centrão

BRASÍLIA — Os direitos sociais já aprovados pelo plenário da Constituinte estão preocupando a Liderança do Centrão. Os principais articuladores do grupo não escondem sua irritação com os resultados das votações dos últimos dois dias e chegam a trocar acusações, considerando irresponsáveis os integrantes que se uniram à esquerda para aprovar vários dispositivos.

Segundo o Deputado Afif Domingos (PL-SP), o plenário está votando uma legislação ordinária em vez de um texto constitucional. E afirma que os dispositivos tidos como avanços sociais são, na verdade, um instrumento que pode se voltar contra o trabalhador. Para ele, ao aumentar os custos das empresas, eles serão repassados para o consumidor.

Aff lembra que, de acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar do IBGE, a população ativa do Brasil é de 53,2 milhões de pessoas, sendo que, destas, 28 milhões se situam como mão-de-obra informal. Assim, 53 por cento da força de trabalho no Brasil é informal, concluiu o deputado, e não vai ser alcançada pelos benefícios aprovados pelo plenário. Ao contrário, afirma Aff, a tendência, a partir dessas novas regras, será o aumento da mão-de-obra informal.

— Faço um apelo à responsabilidade social dos Constituintes. Estamos votando sob a influência de discursos emocionais, que criam a solidariedade do voto. E estamos dando argumentos a aqueles interessados em destruir a classe política e provocar uma crise institucional.

A irritação dos centristas aumentou quando o Deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) decidiu encaminhar favoravelmente na bancada do Centrão a emenda do Deputado Geraldo Alckmim (PMDB-SP), pela qual haverá, para o trabalhador rural, os benefícios da imprescritibilidade das causas trabalhistas por dois anos. Fuiza estava irritado:

— Ronaldo vota com os comunistas, pega um jatinho de US\$ 5 milhões (cerca de CZ\$ 485 milhões), vai para Rio, pega um helicóptero e vai descansar em Angra dos Reis.

E continuou no seu desabafo: — Agora vou votar sempre com o PCdoB. Vou votar a anistia ampla, geral e

irrestrita com pagamento em dobro, porque o pessoal sofreu muito; e mais, vou votar a estatização dos bancos, a distribuição de combustíveis e a favor da licença para o avô ver o neto. Já estou cheio de ser o inimigo do povo.

A apreensão tomou conta da bancada do Centrão. O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco, disse que o setor empresarial está preocupado com algumas das medidas que foram aprovadas e que vão influir na economia já assolada pela grave crise que o setor atravessa. E enumerou entre os itens mais perniciosos o turno de seis horas para trabalho em esquema de revezamento, a imprescritibilidade das causas trabalhistas em cinco anos, que segundo Albano vai atingir as pequenas e médias empresas, a licença-paternidade e o acréscimo na remuneração das férias. Mas não fez qualquer crítica ao plenário, alegando que respeita a soberania da Constituinte.

O Deputado Luís Eduardo (PFL-BA) atribuiu os resultados das votações a uma falha de organização do Centrão e à ausência de esclarecimento do plenário quanto às consequências das matérias aprovadas.

— As vezes — disse Luís Eduardo —, um dispositivo isolado não causa maiores efeitos, mas o conjunto das medidas aprovadas será danosa para a classe trabalhadora, que terá diminuída a oferta de empregos.

Ronaldo César Coelho, banqueiro e produtor rural, discorda dos demais empresários. Para ele, o empresário brasileiro está defendendo uma postura antiga e não está disposto a conceder qualquer benefício classe trabalhadora. O Deputado disse ainda que a emenda que estendeu ao trabalhador rural os benefícios da imprescritibilidade só faz ratificar os direitos atuais do setor, garantidos pelo Estatuto da Terra, elaborado durante o regime autoritário.

— Sou produtor rural e posso afirmar que já vi fazendeiro falindo por causa de muita ou pouca chuva, pelas altas taxas de juros, falta de semente ou adubo, falta de mercado para seus produtos e problemas de preço. Mas nunca vi ninguém quebrar por causa dos direitos trabalhistas — afirmou o parlamentar.

Os direitos dos trabalhadores

- 1 Licença-paternidade de oito dias.
- 2 Licença de 120 dias para a gestante.
- 3 Hora extra valendo no mínimo 50 por cento a mais.
- 4 Retenção dolosa de salário é crime.
- 5 Aposentadoria.
- 6 Assistência gratuita, pelo empregador, aos filhos e dependentes dos trabalhadores até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.
- 7 Prescrição dos direitos trabalhistas só cinco anos depois, salvo na hipótese da extinção do contrato de trabalho, quando será de dois anos.
- 8 Proibição de qualquer discriminação salarial e nos critérios de admissão ao trabalhador portador de deficiência física.
- 9 Igualdade de direitos entre os trabalhadores eventuais e os que têm vínculo empregatício permanente.

O TEXTO APROVADO

Hora extra, férias, aviso prévio e licenças

BRASÍLIA — Os dispositivos do Artigo 7º da nova Carta aprovados ontem pela Assembleia Nacional Constituinte são os seguintes:

- Artigo 7º — São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais ...
- XIV — repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- XV — serviço extraordinário com remuneração no mínimo superior em cinquenta por cento a do normal;
- XVI — gozo de férias anuais remuneradas em, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- XVII — licença remunerada a gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias, bem como, nas mesmas condições, licença paternidade de oito dias aos que preencham requisitos fixados em lei. A lei assegurará incentivos específicos para proteção do mercado de trabalho da mulher;
- XVIII — aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias, nos termos da lei;
- XIX — redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XX — adicional de remuneração para as atividades insalubres, perigosas ou penosas, na forma da lei;
- XXI — aposentadoria;
- XXII — assistência gratuita aos filhos e dependentes até seis anos de idade, em creches e pré-escolas;
- XXIII — reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
- XXIV — proteção em face da automação, na forma da lei;
- XXV — seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;
- XXVI — prazo prescricional de cinco anos, contados da lesão de direito originário de relação de emprego, salvo na hipótese de extinção do contrato de trabalho, quando este prazo se esgotará dois anos após o término da relação de emprego; em se tratando de trabalhador rural, a prescrição somente ocorrerá após o decurso de dois anos da cessação do contrato de trabalho;
- XXVII — proibição de diferença de salários e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
- XXVIII — proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais;
- XXIX — igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso;
- XXX — proibição de qualquer discriminação no tocante ao salário e critérios de admissão ao trabalhador portador de deficiência.

§ 1º — a lei protegerá o salário e definirá como crime a sua retenção dolosa.
§ 2º — é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

Plenário rejeita os temas socializantes

BRASÍLIA — Uma série de emendas aditivas que tentavam dar um caráter socializante às relações entre empresas e trabalhadores foi rejeitada ontem pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte, por uma diferença expressiva de votos.

A proposta do líder do PDT, Brandão Monteiro, que incluía o trabalhador em um fundo com acesso ao controle acionário, foi rejeitada por 341 votos contra 107, com 15 abstenções. A falta de oradores para falar contra a emenda levou o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) a pedir ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, para advertir o plenário de que estava deixando passar em branco uma proposição "de muita gravidade". Cabral disse que, além de não ser matéria constitucional, a emenda significaria "uma invasão contra as empresas privadas".

O Relator Adjunto, José Fogaça (PMDB-RS), pediu a rejeição de emenda do Deputado João Paulo (PT-MG), que obteve 278 votos negativos contra 147, com 19 abstenções. Ela permitia o funcionamento das comissões de fábrica, com os mesmos direitos e proteção garantidos aos dirigentes sindicais. Fogaça disse que o assunto deve ser tratado na legislação ordinária.

Também prevaleceu o parecer con-

trário à emenda do Deputado Luiz Gushken (PT-SP), que daria acesso ao trabalhador, por meio das organizações sindicais, aos dados econômicos, financeiros e administrativos da empresa. Bernardo Cabral destacou que o fato "criaria uma balbúrdia sem fim" no sistema empresarial. O Senador Ronan Tito (PMDB-MG) alegou que a medida, além de não ser constitucional, criaria tumulto e inviabilizaria o funcionamento das pequenas e médias empresas, "sempre às voltas com os pedidos dos sindicatos".

Por 380 votos contra, 92 a favor e sete abstenções, foi rejeitada ainda emenda dos Deputados Edmilson Valentim (PCdoB-RJ) e Eduardo Bonfim (PCdoB-AL), que fixava o reajuste automático dos salários, proventos e pensões sempre que o índice de inflação atingisse dez por cento. O Constituinte César Maria (PDT-RJ) falou contra a emenda, alegando que a medida geraria reajustes semanais dos preços, tornando insuportável o descontrole da economia, sendo apoiado pelo Deputado José Serra (PMDB-SP). Este afirmou que o esquema adotado até recentemente, quando da utilização do gatilho salarial, mostrou que o processo de escala móvel não evita a corrosão dos salários, o que só será alcançado com o fim da inflação.

Proibida a discriminação no trabalho

BRASÍLIA — A Constituinte aprovou ontem emenda do deputado Nelson Seixas (PDT-SP) proibindo qualquer tipo de discriminação, seja quanto à remuneração, critérios de admissão, ou a deficientes físicos. O resultado foi expressivo: 439 votos a favor, três contra e uma abstenção.

Esta foi a única matéria aprovada na sessão noturna; as demais foram rejeitadas, mantendo-se o texto do Centrão. Causou muita polêmica a discussão de emenda do Deputado Vasco Alves (PMDB-ES), que visava proibir menores de 14 anos de trabalharem, ainda que como aprendizes. A proposta foi defendida pelos Deputados Paulo Delgado (PT-MG) e Moema Santiago (PSB-CE), que alegaram a impossibilidade de se consagrar, numa Constituição feita para ser duradoura, um dispositivo referente a uma realidade injusta, que obriga crianças a trabalhar.

A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) contestou esse argumento, lembrando a função social de instituições dedicadas ao ensino profissionalizante, como o Sesc e o Senai.

Alcení, emoção com emenda da paternidade

Telefoto de Gilberto Alves

Com as palavras "Alcení, você fez um parto na tribuna", o Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) expressou bem o momento de tensão e dificuldade vivido pelo Deputado Alcení Guerra (PFL-PR) em defesa da emenda que estabeleceu a licença-paternidade. Seguro em seu discurso a ponto de provocar o mais completo silêncio e atenção do plenário, Alcení não conteve a emoção e chorou ao descer da tribuna, sendo recebido por um grupo de Constituintes integrados principalmente por mulheres.



Alcení ouve Ulysses Guimarães durante a votação de sua emenda

O episódio revelou o prestígio do parlamentar paranaense, que alcançara notoriedade nacional em 1984, quando acusou o candidato do PDS à Presidência da República, Paulo Maluf, de ter tentado comprar seu voto no Colégio Eleitoral. No segundo mandato — o primeiro foi pelo PDS —, Alcení Guerra consegue transitar hoje, com a mesma desenvoltura, tanto entre os grupos conservadores como entre as esquerdas.

Terminado o discurso, Alcení custou um pouco a se refazer. Sentado à direita do plenário, cercado por fotógrafos, foi abraçado com carinho pelas mulheres, enquanto enxugava as lágrimas com as mãos. Só aos poucos conseguiu se descontraír com observações como a do Deputado Luís Eduardo Maga-

lhães (PFL-BA), que comentou sorrindo:

— O Velho (Ulysses) lhe deu uma deixa, mas foi um belo discurso.

O Deputado Afif Domingos (PL-SP) concordou com a observação.

— A brincadeira do Ulysses Guimarães ajudou muito — sussurrou ao ouvido de Alcení Guerra.

Terminada a sessão, o Deputado Fernando Santana (PCB-BA) fazia outro tipo de comentário:

— Não entendo esta classe dominante. Eles não cedem em coisas menos importantes, mas cedem agora. Vejam que temos quatro milhões de partos por ano no Brasil. Multiplicado por oito, são 32 milhões de dias de folga. É uma grande conquista!

D. Luciano destaca os ganhos do trabalhador

BRASÍLIA — Os dispositivos aprovados pela Constituinte no capítulo sobre os direitos dos trabalhadores — como jornada semanal de 44 horas e indenização maior para o demitido sem justa causa — foram considerados positivos pelo Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida.

— Foi um passo à frente, ainda que não tão grande como se esperava — afirmou.

Dom Luciano comentou o apelo feito ontem pelo Ministro da Justiça, Paulo Brossard, para que a Constituinte aprove um mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney, visando, principalmente, a não prejudicar as negociações da dívida externa.

Para o Presidente da CNBB, a questão da duração do mandato presidencial é secundária.

— O ponto principal é um programa de Governo que tenha metas sociais definidas e que possam ser urgentemente desenvolvidas. A dívida externa é um argumento. Mas trago outro, o da dívida social interna. Falar de duração de mandato é uma distorção do debate — afirmou.

Dom Luciano alinhou o que considera prioritário, sem o que de nada adiantará mudar hoje ou amanhã o sistema ou o Chefe de Governo: política habitacional, reforma agrária, serviço de saúde.

— E não vejo estas metas. Este é o problema — acentuou.

Hora extra valerá 50% além da normal

BRASÍLIA — O trabalhador receberá por hora extra remuneração superior em, no mínimo, 50 por cento à normal. Este dispositivo foi aprovado ontem pela Constituinte mediante um acordo entre o Centrão e a Liderança do PMDB, obtendo 307 votos a favor, 112 contra e três abstenções.

Na discussão sobre hora extra, o Deputado Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a Liderança do PMDB por "voltar atrás", pois na Comissão de Sistematização ela votara pela remuneração em dobro. O Deputado Mário Lima (PMDB-BA) argumentou que o partido optava por "favorecer 80 por cento da classe trabalhadora que hoje nada recebe pelo serviço extraordinário e categorias que ainda não dispõem de organização sindical".

Alterando tanto o texto do Centrão quanto o da Sistematização, o plenário aprovou também, por 373 votos contra 36 e 15 abstenções, emenda do Deputado Gastone Righi (SP), líder do PTB, estabelecendo que o trabalhador terá férias anuais remuneradas em, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

O texto da Sistematização sobre o aviso prévio foi mantido: será proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias, nos termos de lei complementar. Na votação deste dispositivo, o Deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos negociadores do Centrão, comunicou que seu grupo seria contra. Mas o resultado revelou uma grande divisão centrista: 317 votos a favor, 82 contra e 15 abstenções.

O plenário aprovou, por acordo —

396 votos contra 17 e oito abstenções —, destaque restabelecendo o texto da Sistematização que assegura um adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

Outro texto da Sistematização foi restabelecido por acordo, que resultou em 389 votos contra dois e cinco abstenções: o seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.

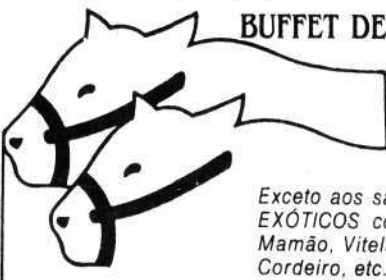
O plenário da Constituinte decidiu também que será de cinco anos, contados a partir da lesão do direito, o prazo para prescrição das ações trabalhistas. Caso esteja encerrado o contrato de trabalho, o empregado terá dois anos para recorrer à Justiça.

Para o trabalhador rural, não haverá prescrição na vigência do contrato, mas apenas após estes dois anos.

Esta foi a fórmula encontrada pelo Centrão e pela Liderança do PMDB para, através de um acordo, resolverem a polêmica questão da imprescritibilidade das causas trabalhistas.

O texto, uma emenda do Senador Gérson Camata (PMDB-ES) aprovada por 405 votos contra 22, foi uma solução intermediária entre as propostas da Comissão de Sistematização — que nada dispunha sobre prescrição no curso do contrato de trabalho e até dois anos de seu fim — e do Centrão, que havia reduzido o prazo para dois anos a qualquer tempo.

DIARIAMENTE NO DINHO'S



BUFFET DE GRELHADOS EXÓTICOS

Preço econômico com sobremesas incluídas Cz\$ 690,00

PREÇO INFERIOR AOS RODÍZIOS COMUNS

Exceto aos sábados agora diariamente, BUFFET DE GRELHADOS EXÓTICOS com 16 diferentes tipos de carne, Coelho, Cordeiro, Mamão, Vitela, Leitoão, Picanha Fatiada, Costeleta e Costelinha de Cordeiro, etc. Acompanhados de Feijão Tropeiro, Cuscuz Paulista, Arroz Diana, Farofa Dinho's, Sobremesas de Doces Caseiros.

DINHO'S PLACE

Rua Dias Ferreira, 57 - Leblon - RJ - Tels.: 294-2297 e 294-5972

FOTOGRAFIAS SEM FOTOGRAFAR. AGÊNCIA GLOBO NOTÍCIAS. Rua Irineu Marinho, 35. Tel. 272-2000, ramal 582. Telex (021) 31614